

1 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO**  
2 **ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2022.**

3 Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e dezenove minutos, no  
4 auditório do CASS da Prefeitura do Cidade do Rio de Janeiro, reuniram-se representantes do Conselho  
5 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, com a presença dos conselheiros,  
6 titulares e suplentes, e demais participantes, para tratar dos seguintes assuntos: **1- Aprovação da ata da**  
7 **assembleia do dia 11/07/2022; 2- Deliberação Plano de Aplicação 2022 – alteração; 3- Deliberação**  
8 **Plano de Aplicação 2023; 4- Deliberação Edital Itaú Social; 5- Deliberação Comissão Eleitoral –**  
9 **Eleição Conselhos Tutelares; 6- Deliberação Registro/Regularidade de entidades; 7- Informes das**  
10 **Comissões e Grupos de Trabalho; 8- Informes Gerais.** O presidente Carlos Laudelino deu início à  
11 reunião agradecendo os presentes e falando da alegria em realizar a primeira assembleia presencial desde  
12 a pandemia. Falou, também, que a ideia era realizar uma assembleia virtual, uma presencial e uma  
13 descentralizada. Em seguida, realizou a leitura da pauta. **1- Aprovação da ata da assembleia do dia**  
14 **11/07/2022:** a conselheira Patrícia Coda fez a leitura da ata, sendo aprovada por unanimidade. **2-**  
15 **Deliberação Plano de Aplicação 2022 – alteração:** o presidente Carlos Laudelino explicou que o  
16 FMADCA estava com saldo de dezessete milhões e que para liberar o chamamento público estava  
17 dependendo da homologação, reforçando os esforços realizados pelas duas gestões do CMDCA. Informou  
18 que a Controladoria Geral do Município disponibilizou dez milhões e foram solicitadas informações sobre o  
19 restante de recursos e a informação foi que cinco milhões eram oriundos de um Termo de Ajuste de  
20 Conduta - TAC depositado na Fonte 100. A senhora Lucimar Correa perguntou sobre o valor destinado ao  
21 chamamento público de dez milhões para a sociedade civil e quatro milhões para apoio a ações  
22 governamentais. O presidente Carlos Laudelino esclareceu que havia a necessidade de ajustes de valores,  
23 sendo em torno de seis milhões para o chamamento público da sociedade civil (valor das propostas  
24 aceitas) e dois milhões para as ações governamentais; por isso a urgência na alteração do Plano de  
25 Aplicação 2022. A vice-presidente Érica Arruda informou que o valor do TAC seria resgatado  
26 posteriormente, além disso teriam valores a serem repassados para a São Martinho em relação aos  
27 recursos da Covid-19, que demorou em função de pendências documentais. Falou, também, que todas as  
28 decisões foram amplamente dialogadas e com respaldo em notas de empenho e documentos da  
29 Controladoria Geral do Município. Tão logo os demais recursos fossem liberados, seriam utilizados em  
30 novo chamamento público, como já deliberado. Após a leitura, a deliberação foi aprovada por  
31 unanimidade. **3- Deliberação Plano de Aplicação 2023:** o presidente Carlos Laudelino explicou que se  
32 tratava de uma previsão orçamentária e que o valor seria aumentado à medida que tivessem novas  
33 captações de recursos. Após a leitura, a deliberação foi aprovada por unanimidade. **4- Deliberação Edital**  
34 **Itaú Social:** o conselheiro Guilherme Maltarollo explicou que as propostas precisariam ser enviadas ao  
35 CMDCA, que selecionaria uma proposta a ser encaminhada ao Itaú Social, com prazo máximo de quatorze  
36 de outubro. A conselheira Patrícia Coda complementou, explicando que não seriam as entidades que  
37 fariam a inscrição e sim o CMDCA que faria a seleção e inscrição no site do Itaú Social. A senhora Vânia  
38 Dutra falou que anualmente ocorria a seleção do Itaú Social e sugeriu um grupo contínuo para essa ação.  
39 O conselheiro Guilherme Maltarollo respondeu que o edital era alterado a cada seleção e lembrou que a  
40 cidade do Rio de Janeiro não estava na listagem de prioridades para o Itaú Social e sim as pequenas  
41 cidades, mas como o município do Rio de Janeiro era o único a possuir um Plano de Enfrentamento às  
42 Violências Sexuais contra Crianças e Adolescentes, o colegiado decidiu participar. A senhora Maria  
43 America Diniz Reis falou que um dos critérios eliminatórios era o fato do município não possuir o  
44 diagnóstico da criança e do adolescente. E reforçou a necessidade de capacitação das entidades para  
45 concorrerem a editais de seleção de projetos. A senhora Lucimar Correa ponderou que o recurso de 250  
46 mil reais era impeditivo de atendimento de um número maior de pessoas, por isso a seleção de cidades  
47 pequenas. E questionou se valia a pena tantos esforços. Dando seguimento, a deliberação foi posta e  
48 votação e aprovada por unanimidade. A senhora Maria America Diniz Reis falou sobre o diagnóstico da  
49 criança e do adolescente em andamento e que 158 entidades já tinham respondido ao questionário. A  
50 necessidade era de uma ação de sensibilização com os conselheiros tutelares para responderem ao  
51 questionário. Ela falou, também, sobre a roda de conversa e o grupo focal, envolvendo adolescentes. **5-**  
52 **Deliberação Comissão Eleitoral – Eleição Conselhos Tutelares:** o presidente Carlos Laudelino falou da  
53 importância da comissão para elaborar o edital e com o uso do processo.rio todos os documentos  
54 deveriam ser entregues de modo digital e havia a necessidade de se pensar em alternativas para a  
55 inscrição de candidatos. A vice-presidente agradeceu a participação dos conselheiros na referida  
56 comissão, uma vez que estava tendo dificuldades com a participação dos representantes governamentais.

57 Após a leitura, a deliberação foi aprovada por unanimidade. A vice-presidente Érica Arruda falou de uma  
58 reunião ocorrida com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e que eles estavam  
59 acompanhando o processo de eleição dos conselhos tutelares, em parceria com o Conanda. Uma das  
60 sugestões deles era de se exigir o uso do Sipia como pré-requisito de inscrição dos conselheiros tutelares  
61 para reeleição. A senhora Regina Leão informou que o Conanda fez uma recomendação do uso do Sipia e  
62 reforçou a necessidade de se ter condições de funcionamento. O conselheiro tutelar Rodrigo Coelho  
63 endossou a importância do Sipia, mas que não havia condições de funcionamento do mesmo e que esse  
64 critério seria preocupante. A senhora Nancy Torres perguntou sobre o Comitê Gestor do Sipia e a vice-  
65 presidente Érica Arruda explicou que a exigência era de um comitê gestor estadual, mas que o CMDCA  
66 exercia esse monitoramento. Após exposições e sugestões de visitas aos conselhos tutelares, foi  
67 reforçada a importância de os conselheiros tutelares responderem os questionários do diagnóstico da  
68 criança e do adolescente na cidade do Rio de Janeiro. **6- Deliberação Registro/Regularidade de**  
69 **entidades:** a senhora Lucimar Correa elogiou a Comissão de Garantia de Direitos pela quantidade de  
70 entidades analisadas e lembrou que o registro no CMDCA deve significar também participações e  
71 contribuições das entidades. Após leitura, a deliberação foi aprovada por unanimidade. O presidente  
72 Carlos Laudelino lamentou o cancelamento do registro da entidade Romão Duarte pelo encerramento das  
73 atividades, por se tratar de uma instituição histórica. **7- Informes das Comissões e Grupos de Trabalho:**  
74 **a) Comissão de Garantia de Direitos:** foram analisados 26 processos e discutido o calendário de visitas  
75 às entidades e talvez aos conselhos tutelares; **b) Comissão de Orçamento:** trabalho árduo e exaustivo,  
76 com ausência dos conselheiros governamentais e a garantia de que o edital 40/2021 seria homologado; **c)**  
77 **Comissão de Comunicação:** arte para a Conferência Municipal e Mascote do CMDCA; **d) Comissão de**  
78 **Políticas Públicas:** com atividades acontecendo nos Grupos de Trabalho da 1ª Infância e de  
79 Apadrinhamento e proposta de cronogramas e divisão em quatro eixos: assistência social, saúde,  
80 educação, violência; **e) GT da verba dirigida:** após treze anos a conquista do veto à lei, ou seja, a decisão  
81 de constitucionalidade da verba dirigida, de projetos de captação de recursos, mas depende das análises  
82 das questões estaduais e do Conanda; **f) GT de Rua:** colhendo contribuições das secretarias e com  
83 previsão de entrega em 2022; **g) GT Conferência:** pré-conferências presenciais em setembro e  
84 conferência híbrida nos dias trinta de novembro e primeiro de dezembro. Foi realizada reunião com as  
85 Coordenadorias de Assistência Social e Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente - GDEP.  
86 **8. Informes:** Rio Cidade Cidadã - evento no dia 26/08 CMDCA iria participar com material de divulgação e  
87 exposição de vídeos educativos; Acompanhamento dos processos de certidões de crédito a favor do  
88 FMADCA pela assessoria jurídica. Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às  
89 16h42 e a ata segue assinada pelo Presidente e pelas Primeira e Segunda Secretárias, em 08 de agosto  
90 de 2022.

91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101

---

**Carlos Roberto Laudelino**  
Presidente

---

**Patrícia Coda Muniz Barbieri**  
Primeira Secretária

---

**Cláudia Valéria Alves Afonso**  
Segunda Secretária